

Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle

Projeto Temático FAPESP

Fluxo Meio Ambiente/ Ecologia

Relatório 2010

Em 2010, os trabalhos do *Fluxo meio ambiente* contaram com uma primeira etapa de levantamento bibliográfico, leitura de textos significativos e coleta de dados em meio eletrônico. Esse relatório apresenta um resumo dos resultados preliminares da pesquisa, os pesquisadores envolvidos e indicações para atividades em 2011.

1) Atividades iniciais

1.1) Caracterização de ecologia e meio ambiente

A palavra *ecologia* é um neologismo em que foram unidas duas palavras gregas: *oikos*, casa, habitat, e *logos*, razão, inventado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), em 1866, para designar “*totalidade da ciência das relações do organismo*”

*com o meio, compreendendo, no sentido lato, todas as condições de existência.”*¹ Contudo, profundamente interessado na morfologia dos organismos, Haeckel nunca pesquisou com a *ecologia*. Outros autores de sua época estudavam a interação dos seres vivos com o meio, em especial a distribuição da vegetação pelo mundo, mas sem usar a palavra. Apenas no século XX, com o uso do conceito *ecologia* por biólogos, e até por sociólogos estadunidenses—neste último caso para descrever a vida nas cidades—, o termo chegou a se popularizar. A ecologia designa um ramo de estudos sobre a vida em que, de um modo geral, as espécies deixam de ser o alvo central. Pesquisa-se o que ocorre na interação das espécies entre si e com o meio físico através das trocas energéticas da cadeia alimentar.

Criada em 1935, a noção de ecossistema corroborou o saber ecológico ao reforçar o estudo das formas dessa interação em espaços definidos enquanto um objeto de investigação científica. Nessa interação, a água e a luz são elementos decisivos, pois movem a cadeia alimentar e as trocas de energia. A água está presente dentro e fora dos seres vivos, cerca de 50 a 90 % do corpo destes é constituída por este elemento. O movimento das trocas energéticas e vitais entre os seres bióticos e abióticos, o transporte de nutrientes, a intensidade do metabolismo são proporcionados pela fluidez do elemento água, inclusive a própria captação da energia da luz para a fotossíntese das plantas.

Meio-ambiente é uma palavra cuja invenção se perde na antiguidade clássica. A noção de *meio* aparece nas ciências biológicas com Lamarck, antes disso, era uma noção exclusiva dos físicos newtonianos. Com uma conotação mecânica, o termo assinala a distância da ação de um corpo sobre o outro, relaciona-se com a

¹ Pascal ACOT.. *História da Ecologia*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 27

circulação, com os movimentos dos corpos e mútuas interferências.² (FOUCAULT. 2004:22) Em seus estudos sobre a governamentalidade, Foucault mostra que esta conta com técnicas políticas voltadas para intervenções no meio – *milieu* – para assim se chegar ao governo da população,³ o novo alvo do poder a partir do século XVIII. Dentre as “coisas”, alvo da governamentalidade, estão o *meio* e o uso dos recursos na economia. Os dispositivos de segurança se implantam na biopolítica, nome da técnica das relações de poder que se dirige ao homem-espécie, afetado por processos vitais como nascimento, morte, doenças, especialmente as endêmicas. Preocupa-se agora com as relações entre a espécie humana e seu *meio*, por exemplo, as epidemias poderiam ser efeitos dos pântanos ou do meio artificial humano: as cidades, e ambas mereceriam intervenções.⁴ A noção de meio não foi apenas usada, mas construída com injunções de sentido político: “Os dispositivos de segurança trabalham, fabricam, organizam, administram um meio antes mesmo que a noção esteja formada e isolada.”⁵

O discurso do governo do planeta foi sendo construído paulatinamente pelo século XX junto com a construção do dispositivo meio ambiente, na medida em que este se torna alvo de uma gestão planejada e objeto de disputas em torno das formas da governamentalidade com base na consagração de verdades difundidas enquanto tais. Verdades que foram buscadas no conhecimento propiciado pela ecologia. O meio-ambiente se *contaminou* com o dispositivo *ecologia* e ambos fluem como alvo e estratégia do governo planetário, mantendo distinções, porém, que podem apontar virtualidades de fuga.

² M. FOUCAULT. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004, p,22.

³ Idem. p.23.

⁴ M. FOUCAULT. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 292.

⁵ M. FOUCAULT. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004, p,22.

No final do século XX, a defesa do meio ambiente mediante o saber ecológico tem cedido espaço ao recém criado dispositivo da sustentabilidade, retirado do próprio saber ecológico. Defender o meio ambiente se torna estratégia para se atingir o novo alvo: a sustentabilidade. Uma das hipóteses trabalhadas no fluxo consiste nesse deslocamento de dispositivos.

1.2) Levantamento bibliográfico e leitura de textos significativos para um quadro geral do tema..

Afora leituras teóricas, para o início dos estudos do fluxo meio ambiente se destacaram quatro livros que apresentaram a formação e consolidação do ambientalismo mundial e do Brasil, das políticas ambientais transnacionais e da própria ecologia. São eles *Ecopolítica Internacional* de Philippe Le Preste; *História da Ecologia*, de Pascal Acot; *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista* de John McCormick e *Ecologia e Política no Brasil*, organizado por José Augusto de Pádua. Três livros complementaram as leituras iniciais: *L'Ecologie et son histoire: reinventer la nature*, de Jean Marc Drouin; *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza*, de Marcel Bursztyn e Marcelo Persegona, e *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92*, organizado por Aspásia Camargo, João Paulo Capobianco e José Puppim de Oliveira. Com exceção deste ultimo que trata especificamente dos efeitos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 na consolidação de políticas ambientais no Brasil, os demais apresentaram quadros da emergência e percurso do que se denomina no Projeto Temático de “governo do planeta”.

Busca-se investigar como formas de saber sobre a natureza e o meio-ambiente tornam-se verdades, em especial, a ecologia como ramo do conhecimento biológico, e se metamorfoseiam em práticas de governamentalidade, implantadas

local e globalmente a partir de tratados, convenções, agendas, que foram resultado de movimentações sociais em torno da defesa da natureza ou do controle do uso dos recursos naturais.

Ecopolítica é um neologismo que, no final dos anos 1970, uniu duas palavras: os substantivos *ecologia* e *política*, para agrupar sob um mesmo conceito as políticas que envolviam assuntos referentes a meio ambiente e recursos naturais no plano internacional. No livro *Ecopolítica Internacional*, o canadense Le Preste afirma que a ecopolítica emergiu quando: “o meio ambiente se torna objeto de políticas públicas, enquanto medidas jurídicas e instituições se multiplicam nos níveis nacional e internacional.”⁶ O termo começou a ser utilizado no fim dos anos 1970. Le Preste atribui ao professor estadunidense Dennis Pirages, o pioneirismo no uso do termo ecopolítica “para designar relações políticas no âmbito da proteção do meio ambiente e dos seus recursos,”⁷ O termo havia sido também utilizado por Karl Deutsch, em 1977, em uma publicação bilíngüe (francês e inglês) da UNESCO, intitulada *Ecosocial systems and ecopolitics: a reader on human and social implications of environmental management in developing countries*.⁸

Le Preste distingue a *ecopolítica* da *ecologia política*. A ecopolítica se manifesta na mudança nas relações internacionais, apontada por Denis Pirages, decorrente da consideração de

“preocupações ecopolíticas e novos assuntos correlatos como acesso a recursos naturais, novos tipos de alavancagem econômica em temas internacionais, adequação de suprimento alimentar para o

⁶ Philippe Le Prestre. *Ecopolítica Internacional*. Tradução do francês de Jacob Gorender, 2 ed. São Paulo: Senac, 2005. p. 166

⁷ Le Preste Op.Cit., Prefacio, nota 4, p.19. Refere-se ao livro de D. Pirages. *The New Context of International Relations: Global Ecopolitics*. North Scituated, Massachusetts, Duxbury Press, 1978.

⁸ http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=30839&set=4D559E35_0_373&gp=1&lin=1&ll=1

mundo futuro, questões de justiça social e direitos humanos, novos problemas de desenvolvimento econômico para os países menos desenvolvidos e uma equânime e eficiente distribuição de recursos mundiais.”⁹

Já a ecologia política, segundo LePreste, “se refere a uma ideologia ou programa político empenhados em influenciar as políticas públicas, ou seja, a conquistar o poder”.¹⁰ Apresenta uma definição de ecologia política como “doutrina que se articula sobre a crítica da sociedade industrial com a pretensão de oferecer, sobre essa base, um projeto global de sociedade, comparável e suscetível de oposição às duas grandes ideologias da era industrial: o liberalismo e o socialismo.”¹¹ A ecologia política seria o motor da militância ecológica, da crítica ao capitalismo e à própria modernidade, colocados em questão pela percepção da finitude dos recursos.

Em conferências realizadas no Brasil, em 1979, Jean Pierre Dupuy¹² definiu a ecologia em sentido amplo como “crítica global e radical do modo de produção industrial”. Tal crítica pode ser conservadora e retrógrada, mas também pode fazer avançar práticas de contestação ao capitalismo: “queremos um capitalismo ecológico ou aproveitaremos a crise ecológica para instaurar outra lógica social onde ‘o livre desenvolvimento de todos seria ao mesmo tempo o fim e a condição do livre desenvolvimento de cada um?’”¹³

⁹ D. Pirages Apud. Bath, C. *The New Context of International Relations: Global Ecopolitics*. North Scituated, Massachusuttes, Duxbury Press, 1978, *Political Research Quaterly*, Março, 1980, vol.33, nº1, p.132. Disponível em <http://prq.sagepub.com/content/33/1/132.extract>.

¹⁰ Le Preste. Op. Cit, p. 129.

¹¹ F. de Roose; P. van Parijs. Apud Le Preste, Op. Cit.p. 19

¹² Professor na Escola Politécnica de Paris e na Universidade de Stanford, da qual é também pesquisador e membro do Programa de Ciência-Tecnologia-Sociedade e do Fórum de Sistemas Simbólicos.

¹³ J.P DUPUY. *Introdução à crítica da ecologia política*. (sem referência ao tradutor).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980pp 15-16.

Com o auxílio inicial dos livros citados, realizou-se em meio eletrônico um levantamento cronológico desses diversos tratados, convenções internacionais referentes ao tema, desde 1900. Esta etapa possibilita esboçar um conjunto de documentos disponibilizado no site com os textos desses documentos e links de referência.

Dois eventos foram considerados os mais significativos pelo que agregou e pela capilaridade de seus efeitos, inclusive com e no Brasil, a saber: a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, em que se consolidou o dispositivo meio ambiente em sua conformação atual, e a Cúpula da Terra, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, que marca o fortalecimento do dispositivo da sustentabilidade. Esse tema será o alvo de uma nova conferência ambiental da ONU, no Rio de Janeiro, em 2012.

A pesquisa destes documentos propiciou um esboço de classificação. Sugere-se uma divisão cronológica em quatro blocos para se classificar os acontecimentos internacionais que tem construído e consolidado a questão ambiental e situam a ecologia como alvo e instrumento de uma governamentalidade que se expande para todo planeta.

Esta periodização não acompanha a sugestão de Le Preste em *Ecopolítica Internacional*, uma das fontes do trabalho, pois esse autor situa a “emergência da ecopolítica” em 1968, e afirma que o período anterior seria marcado por “ensaios para uma nova conscientização.”¹⁴ Para esse e muitos outros autores, ecopolítica emerge quando: “O meio ambiente se torna objeto de políticas públicas, enquanto

¹⁴ Philippe Le Preste. *Ecopolítica Internacional* Tradução de Jacob Gorender. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2005. Capítulo 5.

medidas jurídicas e instituições se multiplicam nos níveis nacional e internacional.”¹⁵

Os eventos de 1968 tornaram esse ano um divisor de águas, como será apontado adiante. No entanto, o meio ambiente aqui não se tornou “objeto das políticas públicas”, pois o conceito de meio ambiente consagrado se construiu paulatinamente com elas, com abrangência planetária, em um fluxo que havia se redirecionado rapidamente pelos acontecimentos da segunda metade do século XX, entre outros, a radioatividade liberada pelo uso das armas nucleares e da própria energia atômica para fins pacíficos e a exploração do espaço sideral.

1) século XIX e século XX até 1945

As primeiras ações efetivas de preservação governamental da natureza surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos, países que se industrializavam, alteravam paisagens e modos de vida, por meio da chamada “Revolução Industrial e Agrária”, iniciada na transição do século XVIII para o XIX.¹⁶ Revolução esta também classificada como agrária, pois a indústria crescia simultaneamente à concentração e à redefinição da propriedade de terras, de novas técnicas agrícolas e a decorrente expulsão de parte da população que tinha seu sustento e modo de vida na agricultura. Nos Estados Unidos havia também um processo de ocupação por parte de migrantes agricultores expandindo-se para vastas áreas a oeste, terras

¹⁵ Idem, p.166

¹⁶ Revolução Industrial foi termo inicialmente divulgado pelo historiador britânico Arnold Toynbee, sobre as mudanças sociais advindas do capitalismo, Lectures on The Industrial Revolution in England (1884) <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/toynbee/indrev>, acessado em 30 de novembro de 2003.

indígenas e recém obtidas do México, com grandes regiões naturais preservadas da ação predatória humana.

“A primeira influência importante sobre o nascente ambientalismo britânico foi o estudo da história natural.”¹⁷ A história natural e as ciências da natureza ganharam força de nesse período, mesmo porque o crescimento industrial dependia de novas técnicas produtivas desenvolvidas pela aplicação dos conhecimentos da física e química. As primeiras propostas de gestão de áreas naturais e recursos da natureza resultaram das ações de associações de estudiosos e cientistas.

Os rumos do chamado “progresso” mereceram desconfiança entre cientistas devido aos problemas gerados pela rápida urbanização de locais onde se expandiam plantas de fábrica. O ambiente artificial das cidades passou a manifestar aspectos insalubres que não dependiam mais de miasmas provenientes de pântanos ou má circulação de ar, mas de chaminés de fábricas, de efluentes de processos industriais lançados em corpos d’água e do crescimento populacional sem a correspondente infra-estrutura.

Em 1852, o químico escocês Robert Angus avaliou o PH de chuvas que afetavam negativamente a vegetação na cidade de Manchester, Inglaterra e cunhou o termo “chuva ácida”, tema investigado a fundo e alvo de ações internacionais 120 anos depois. Para mitigar as condições das cidades britânicas surgiram entidades de apoio à construção de parques urbanos e jardins públicos, como a londrina *Common, Foot Paths, Open Spaces Preservation Society*, datada de 1865, considerada uma das primeiras organizações ambientais não estatais.¹⁸ Em 1892, para a defesa

¹⁷ J. McCormick. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 22

¹⁸ McCormick, J. *Rumo ao paraíso*.p. 34

da Sierra Nevada, o preservacionista estadunidense John Muir e discípulos criaram a associação Sierra Club, uma organização ambiental atuante até hoje.¹⁹

No início do século XIX, também a percepção de artistas levou a um questionamento da destruição de paisagens e modos de vida locais para expansão da economia capitalista industrial. Na Inglaterra, em 1810, o poeta W. Woodsworth escreveu um guia de visitação à região dos lagos na Cumbria, norte da Inglaterra, destinado a “Pessoas de gosto e sentimentos em relação à paisagem.”, no qual descreve o local como “uma espécie de propriedade nacional na qual tem direito e interesse cada homem que tem olhos para perceber e um coração para desfrutar”.²⁰

Em 1832, o pintor norte americano, George Catlin, propôs que os nativos americanos do seu país fossem preservados “por alguma grande política governamental em um parque magnífico, um parque nacional, contendo homens e feras, todos no selvagem frescor de sua beleza natural.”²¹ Nesse mesmo ano, uma área de fontes termais no Arkansas fora declarada à disposição do governo norte americano, mas sem clara definição legal. Em 1864, o presidente Lincoln cedeu parte de uma área na Califórnia, atual Parque de Yosemite, ao governo estadual sob a condição de ser destinada a “uso público de recreio e repouso”.²² O primeiro parque nacional surgiu em 1874, Yellowstone, nos Estados Unidos, com objetivo expresso de preservação da paisagem natural de “beleza cênica”. Um modelo de natureza intocada emerge e orienta as políticas de preservação de paisagens que se efetivam mediante a criação de parques e reservas naturais pelos governos.²³

¹⁹ <http://www.sierraclub.org/index.asp>

²⁰ Woodsworth, apud McCormick, J. *Rumo ao paraíso*.p. 17.

²¹ http://en.wikipedia.org/wiki/National_park

²² http://en.wikipedia.org/wiki/National_park

²³ A. Godoy. O modelo da natureza e a natureza do modelo. *São Paulo Perspectiva*. vol.14, nº 4,São Paulo, Oct./Dec. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000400015. Acessado em 10 de agosto de 2010

No Brasil, em 1876, inspirado pela criação de parques nacionais como Yellowstone, André Rebouças, engenheiro do Império brasileiro, propõe a criação de dois parques nacionais, um em Sete Quedas e outro na Ilha no Bananal; a ideia não se realizou, mas isso demonstra a expansão da influência da política de criação de áreas preservadas por parte dos Estados nacionais. Em períodos de avanço da propriedade privada em territórios abertos, como no Brasil do século XIX e começo do XX, as áreas administradas pelo Estado definiam legalmente o que seria o uso público.

Parques nacionais de um lado, mitigação de condições insalubres de outro, em todo caso, a gestão de recursos naturais e de territórios passou a entrar na pauta das responsabilidades do Estado nacional. Percebia-se também que os efeitos de atividades econômicas ultrapassavam as fronteiras das nações, reforçando o papel dos Estados nas negociações entre populações de suas fronteiras.

Os Estados europeus expandiam sua soberania em colônias na Ásia e na África e as questões envolvendo a fauna e flora desses locais começaram a repercutir nas metrópoles. Em 1903, é fundada uma organização internacional "*Sociedade para a preservação da fauna selvagem do Império*" para estimular a proteção da fauna nas colônias, alvo de caça indiscriminada.

Nos Estados Unidos, em relação à natureza, ao lado do preservacionismo, cujo expoente era John Muir, havia os conservacionistas, como Gilford Pinchot, que propunham a conservação, ou seja, o uso planejado de recursos, especialmente os florestais, inspirado na escola alemã de manejo florestal. Pinchot tinha bom trânsito no governo de T. Roosevelt (presidente dos EUA de 1901 a começo de 1909) e entre suas propostas estava a convocação de um encontro entre países para discutir a conservação de recursos naturais a ser realizada em Haia, em 1909, projeto cancelado com a posse de W.H.Taft, o novo presidente dos EUA.

Na década de 1930, os EUA se recuperavam da crise mundial de 1929 por meio de *New Deal*, que contava com políticas sociais ao lado de planos de reestruturação da economia. Em 1933, o presidente F. Roosevelt, (sobrinho de T. Roosevelt) se aproximou dos conservacionistas ligados a Pinchot e tomou varias medidas econômicas com uso planejado de recursos naturais, inclusive o encaminhamento de desempregados para o manejo florestal e para ações de combate à erosão do solo.

Entre 1934 e 1937, houve uma grande catástrofe ambiental nas Planícies estadunidenses: o *Dust Bowl* (caldeirão de pó), acentuada pela exploração agrícola que desconsiderou as características ambientais do local. Tempestades de areia e tornados tornaram o solo ainda mais seco e erodido, levaram poeira até grandes cidades e o país chegou a necessitar importar trigo. Nessa época, a corrente conservacionista estadunidense ficou em evidencia e se voltou para uma *"perspectiva ecológica mais abrangente e coordenada,"*²⁴

Além disso, a desertificação dessas grandes áreas agrícolas estadunidenses alertou para um processo similar que se iniciara na África Oriental com a exploração colonial e favoreceu algumas medidas de prevenção.²⁵

A Europa em meados da década de 1930, estava às voltas com a crise econômica, a ascensão do nazismo e ameaça de conflitos armados. A Liga das Nações, fundada em 1919, não conseguira evitar os conflitos. Desse modo, no final dos anos 30 e durante os anos de guerra, os mais importantes acordos referentes à proteção da natureza foram celebrados na América. O mais importante data de 1940, é a Convenção da Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério ocidental. Seus objetivos eram: preservar da extinção todas as espécies

²⁴ McCormick, J. *Rumo ao paraíso*.p. 34p. 39.

²⁵ Idem, *ibidem*.

e gêneros da flora e fauna nativas da América; preservar áreas de beleza extraordinária, de raras formações geológicas ou de valor estético, histórico ou científico.²⁶

2) De agosto de 1945 a 1967.

O ano de 1945 marca-se internacionalmente pelo fim da II Guerra, criação das Nações Unidas e a destruição de Hiroshima e Nagasaki por duas bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos em agosto. O primeiro teste com esse tipo de bomba fora realizado em julho daquele ano no deserto do Novo México, e seus efeitos no ambiente ainda eram praticamente desconhecidos.

Em 1949, ocorreram duas conferências científicas no âmbito da ONU e UNESCO. *A Conferência Científica da ONU sobre Conservação e Uso dos Recursos* (United Nations Scientific Conference on Conservation and Utilizations of Resources – UNSCCUR).²⁷ Realizada em Lake Success, NY, resultou de iniciativa conjunta da ONU, Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, OMS e Organização Internacional do Trabalho - OIT, contou com representantes científicos de 49 países (a União Soviética não participou, a Guerra Fria já se iniciara). O Brasil enviou uma delegação de 9 cientistas em que predominavam geólogos e químicos (6), um bioquímico ligado ao setor de alimentos, um agrônomo e um pedagogo.

²⁶ Texto disponível em:

<http://sedac.ciesin.columbia.edu/entri/texts/wildlife.western.hemisphere.1940.html>.

Acessado em 10 de setembro de 2010.

Em português:

http://www.pick-upau.org.br/mundo/convencao_fauna_flora_america/convencao_fauna_flora.htm

²⁷ Texto disponível em

http://www.archive.org/stream/proceedingsofthe029855mbp/proceedingsofthe029855mbp_djvu.txt

Acessado em 1 de setembro de 2010.

A *Conferencia Técnica Internacional para a proteção da Natureza*²⁸, foi realizada no mesmo local da anterior, organizada pela UNESCO, com a participação de representantes de 39 países. A discussão girou em torno da educação e da ecologia.²⁹ O Brasil enviou apenas um representante, que apresentou uma comunicação sobre o problema das espécies animais em vias de extinção no Brasil.³⁰

As duas conferências assinalaram a entrada da ONU na questão da conservação e uso dos recursos, mediante uma discussão entre técnicos e cientistas. Predominava porém, nas Nações Unidas, especialmente em seu Conselho Econômico Social (Economic and Social Council – ECOSOC) uma prioridade ao desenvolvimento econômico e à aplicação da tecnologia de ponta na utilização desses recursos. A prioridade das agências internacionais era a reabilitação do mundo no pós-guerra e o combate à fome mediante otimização da produção e fornecimento de alimentos – este último tema estava já na pauta da extinta Liga das Nações nos anos 1940. A agência criada em para tratar disso dentro de um amplo planejamento contra a fome foi a FAO.

A realização dessas conferências destacara a especificidade dos recursos naturais como alvo de políticas transnacionais e a necessidade de estudos científicos para melhor administrá-los. Suas agendas foram retomadas em 1968, com a Conferência

²⁸ Texto disponível em

http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=133578&set=4BC216E4_1_52&gp=1&lin=1&ll=1
Acessado em 1 de setembro de 2010.

²⁹ J. McCormick. *Rumo ao Paraíso: a História do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. p 53.

³⁰ Olivério M. de O. Pinto, diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura de São Paulo. O texto de sua comunicação está em UNESCO, op.cit. pp.528 a 530, disponível em http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=133578&set=4BC216E4_1_52&gp=1&lin=1&ll=1

da Biosfera em Paris e a proposição de um grande encontro sobre o Ambiente Humano, realizado em 1972, em Estocolmo.³¹

Contudo, nessa segunda fase cronológica, os documentos mais importantes para o tema da ecopolítica foram o **Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares**, de 1963, por iniciativa da União Soviética, Grã-Bretanha e Estados Unidos,³² e o Tratado do Espaço Exterior, também conhecido como **Tratado sobre os Princípios que Governam as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes**, de 1967.

O tratado de 1963 pode ser considerado um pioneiro acordo internacional em que a segurança mundial ao se associar ao meio ambiente tornou-se objetivo prioritário.³³ No texto do tratado o destaque inicial recai em um desarmamento genérico, mas a seguir fica claro que o objetivo é encerrar a contaminação do ambiente humano pela radioatividade.

O Tratado do Espaço Exterior de 1967 é um marco na legislação internacional sobre o assunto. Resultou das atividades do Comitê do Uso Pacífico do Espaço Exterior, criado em 1959, por uma Resolução da ONU, para estabelecer a cooperação no uso do espaço exterior.³⁴ O Tratado proíbe que qualquer nação reivindique a posse de corpos celestes posto que estes pertencem a toda humanidade, proíbe armas nucleares e de destruição em massa na órbita da Terra. Em 1979, chegou a ser criado um **Tratado da Lua**, mas que não foi ratificado.³⁵

³¹ J. McCormick, op. cit. p.53.

³² Texto disponível em <http://www.state.gov/t/isn/4797.htm>. Acessado em 3 de janeiro de 2011.

³³ J. McCormick. Op. Cit. p.69.

³⁴ Site do Committee on the Peaceful Uses of Outer Space:
<http://www.unoosa.org/oosa/COPUOS/copuos.html>

³⁵ Texto em espanhol disponível em <http://www.unoosa.org/pdf/publications/STSPACE11S.pdf>
Acessado em 6 de janeiro de 2011.

Nesse período, foram criadas as ONGs ambientais mais atuantes, a **UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza**, com sede na Suíça e a **WWF, World Wildlife Fund**.

No Brasil, a primeira lei que citou o termo meio ambiente data de 1967.

3) De 1968 a 1999.

Em 1968, em Roma, Aurelio Peccei, um executivo italiano de empresas como Fiat e Olivetti, reuniu um grupo de empresários, cientistas e tecnólogos para discutir os rumos econômicos da humanidade e buscar soluções inovadoras para os problemas a serem diagnosticados no encontro, fundando assim, o Clube de Roma. Houve o apoio de profissionais do MIT na criação de modelos matemáticos para previsão do futuro e o resultado foi o livro *“Os limites ao crescimento”* de D. Meadows e equipe, publicado em 1972. Concluiu-se que o planeta não suportaria o crescimento populacional, pois este pressiona os recursos naturais e energéticos e leva ao aumento da poluição e degradação ambiental.

A UNESCO organizou a **Conferência da Biosfera**, em Paris³⁶ em 1968. O objetivo seria montar uma base científica de alto nível para o uso racional e conservação dos recursos, e marcou a entrada do termo biosfera na política internacional. Entre outros resultados da reunião, foi criada uma estrutura institucional para estudos e atuação para se estabelecerem reservas da biosfera em vários locais do mundo, assegurando a preservação de algumas áreas e a conservação racional de biomas identificados como importantes.³⁷ Em todo caso, “a preservação da natureza sob

³⁶ Texto da Conferência <http://annals.org/content/73/4/675.4.extract>

³⁷ Preservação se refere a uma proteção integral de uma área proibindo ocupação e uso humanos e evitando a predação por espécies invasoras. Conservação implica uso racional, ou seja, balizado

forma de santuários é abandonada em prol da conservação pela qual se visa a melhoria das qualidades humanas.”³⁸ Em relação à participação brasileira, o vice-presidente da Conferência de Paris foi o Carlos Chagas, membro da UNESCO. Um dos redatores do documento *Preservação de áreas naturais e ecossistemas: proteção à espécies raras e ameaçadas*, foi o entomologista José Cândido de Melo Carvalho (1914-1994).³⁹

Na França, as lutas ecológicas engrossaram os protestos em 1968, eram lutas em torno de temas como os efeitos da poluição industrial e a destruição de paisagens naturais. Os temas ambientais entraram na pauta de discussões de grupos radicais da esquerda francesa e o *ecologismo* tornou a ponta de lança de críticas não apenas ao capitalismo, mas ao modelo industrial e ao Estado. Em poucos anos, os movimentos ecológicos se organizaram de forma a apoiar um candidato ecologista René Dumont à presidência da república da França nas eleições de 1974, fato inédito até esse ano. Na mesma época, a ONU considerou assuntos denominados como *ambientais* como parte da pauta de suas atividades. A palavra *environment* aparece em profusão nos documentos da ONU a partir dos anos 1970.

Em julho de 1968, o Conselho Socio-Econômico (ECOSOC) recomendou às Nações Unidas que realizasse uma conferência referente aos “problemas do ambiente humano.”⁴⁰ Em dezembro, a sugestão foi acatada e a Conferência marcada para 1972. A Conferência da Biosfera impulsionou a decisão. Além disso,

pelo conhecimento técnico e científico de modo a manter os recursos dentro de sua capacidade de suportar as atividades humanas sem se deteriorarem.

³⁸ P. Acot. Op. Cit. p.167.

³⁹ Use and Conservation of the Biosphere. Proceedings of the Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: Paris, 4-13 September, 1968. Liege/Belgica: UNESCO, 1970. Disponível em <http://annals.org/content/73/4/675.4.extract> Acesso em 15 de setembro de 2010.

⁴⁰ Resolução 1346, 45ª Sessão ECOSOC. Texto disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/591/48/IMG/NR059148.pdf?OpenElement> Acessado em 1 de setembro de 2010.

um relatório da Organização Mundial de Saúde, cujo diretor era o médico brasileiro Marcelino Candau (1911-1983), sobre os efeitos da poluição⁴¹. e outro da Unesco e FAO sobre a conservação e uso racional dos recursos causaram impacto em reunião anterior da ECOSOC.

No Brasil, nessa época havia algumas ações para evitar ou ao menos controlar os efeitos da poluição que já afetavam cidades industrializadas. Em fevereiro de 1967, o Decreto lei 303 define o conceito de poluição e cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição. Pela primeira vez o termo 'meio-ambiente' aparece em um, texto legal brasileiro. Meses depois é estabelecida a Política Nacional de Saneamento, na qual se incluem ações mais definidas para o controle da poluição industrial.⁴²

Os três eixos, biosfera, uso de recursos naturais e poluição configuraram aqui o que se considera hoje como meio ambiente e nessa interseção o destaque recai nos efeitos das atividades humanas enquanto capazes de criar um ambiente específico.

No início, a proposta seria apenas um encontro para comentar problemas do meio ambiente humano. Mas em 1970, cogitou-se que fossem estabelecidos programas de ação mediante cooperação internacional. O governo da Suécia interessou-se em sediar o evento. A discussão sobre poluição industrial estava na pauta sueca devido às constantes chuvas ácidas no país decorrentes da poluição das indústrias da Europa ocidental. Entraram em cena os países não desenvolvidos e houve crítica feroz aos limites do crescimento e ao ambientalismo maltusiano que predominava nos países industrializados. A ONU (representada por U Thant) nomeou Maurice Strong, empresário canadense do setor de petróleo, ambientalista

⁴¹ World Health Organization. Technical Report Series n° 406. *Research into Environmental Pollution*. Geneva: WHO, 1968.

⁴² M. Bursztyn; M. Persegona. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.p. 133.

e colaborador da instituição, para Secretário Geral da Conferência, posição que ele continuou a assumir na Conferência Rio 92, e também Secretário do setor ambiental da ONU.

Um das primeiras medidas para organizar o encontro em Estocolmo foi solicitar um estudo para ser discutido como base do encontro. Dessa iniciativa resultou o livro *“Uma terra somente”* de Bárbara Ward e René Dubos, preparado com o auxílio de 152 consultores do mundo inteiro, entre eles, a antropóloga Margaret Mead; Konrad Lorenz; o urbanista do MIT, Lewis Mumford; Daniel Bell; Gunnar Myrdal; o presidente do Clube de Roma, Aurélio Peccei; Thor Heyerdahl; Arthur Lewis. Do Brasil participaram Carlos Chagas Filho, biofísico da UFRJ; e Francisco Salzano, professor de Genética em Porto Alegre.

No entanto, as propostas de crescimento zero, discutidas em países ricos (Clube de Roma), a *tragédia dos comuns*, que ensejavam medidas drásticas de intervenção, causavam desconfiança nos dirigentes dos países chamados subdesenvolvidos. A conferência foi considerada iniciativa de países ricos e bem desenvolvidos no sentido de coibir o crescimento dos demais a pretexto de medidas contra a chamada deterioração do ambiente e poluição. Houve protestos de países pobres, do Hemisfério Sul, mas inclusive também da Iugoslávia, com ameaça de boicote.⁴³A perspectiva de uma discussão sobre o uso dos recursos e poluição não foi do agrado da maioria dos países. No primeiro momento de sua atuação, Strong trabalhou no sentido de conseguir a adesão dos países industrializados para participarem da Conferência e ao mesmo tempo visitou trinta países não

⁴³ A URSS havia boicotado a conferência pois a Alemanha Oriental não poderia ser convidada. A China participou porém.

desenvolvidos, no sentido de assegurar que haveria debate na Conferência, que a discussão não estava fechada.

Na primavera de 1971, foi realizado um seminário preparatório para debater as questões do desenvolvimento econômico com a presença de 27 especialistas de várias nações. O evento se deu em Founex, nos arredores de Genebra. O diplomata Miguel Ozório de Almeida representava o Brasil, posteriormente foi chefe da delegação brasileira em Estocolmo. A posição brasileira nesse encontro prévio foi de confronto, suas posições contrariavam qualquer medida de controle das atividades econômicas por injunções internacionais evocando a soberania dos Estados nacionais, além disso, foram sugeridas medidas financeiras de apoio de países ricos às ações de proteção ambiental de países pobres. O Encontro de Founex foi uma prévia do que ocorreria em Estocolmo, onde o *conflito Norte-Sul* em relação ao chamado desenvolvimento transpareceu, com o Brasil mantendo-se na linha de frente dessa postura. Tais posições dos países *subdesenvolvidos* (expressão da época) forçavam que se considerassem com cuidado as relações entre meio ambiente e economia.

As duas reuniões preparatórias da Conferência, em 1971 e março de 1972, ambas em Nova Iorque, marcaram-se pela inclusão no conceito de 'meio ambiente', não apenas as questões ecológicas, mas problemas da sociedade humana, como a fome, miséria, más condições de habitações, saneamento, doença, "tudo aquilo por que lutam os países pobres." ⁴⁴

De 5 a 12 de junho de 1972, em Estocolmo, ocorreu a **1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, com representantes de 113 países, 250 organizações não-governamentais e outros organismos da ONU. Na época foi o

⁴⁴ TAMANES. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p.210

maior encontro internacional em número de países participantes, só não foi ainda maior devido ao boicote da URSS e outros países do leste europeu, sob efeito da guerra fria, a China porém, estava presente. Acirradas discussões giraram em torno da relação entre desenvolvimento econômico e deterioração ambiental, tema pela primeira vez destacado na agenda internacional, como um explícito conflito entre Primeiro e Terceiro Mundos. Depois dessa conferência, os ambientalistas começaram a participar mais ativamente das políticas de governos de seus países. No encontro, as ONGs passaram a se articular em torno de temas comuns e foram ganhando força. Houve um compromisso que o tema *meio ambiente* entraria na agenda de cada país integrante da ONU.

A Conferência produziu a **Declaração sobre o Meio Ambiente Humano**, uma declaração de princípios de comportamento e responsabilidade das decisões concernentes a questões ambientais a serem cumpridas. Esta declaração de Estocolmo seria equivalente à declaração dos Direitos Humanos da ONU,⁴⁵ Mesmo as declarações posteriores, como a Declaração do Rio 92, ou a Carta da Terra, não se afastaram do pioneirismo desse documento.

Em Estocolmo decidiu-se também que a ONU realizaria uma segunda Conferência, organizada vinte anos depois, a Cúpula da Terra, ou Eco-92, no Rio de Janeiro. Logo após o encontro de Estocolmo, o assunto ambiental perdeu a força de mobilização internacional devido em parte à crise econômica mundial instaurada em 1973, com o aumento dos preços do petróleo em quase 300%, agravada por uma mudança cambial. Foi momento de uma transformação no sistema econômico mundial, cujo reflexo no Brasil, em linhas gerais foi desacelerar o processo de crescimento econômico, o chamado 'milagre brasileiro'.

⁴⁵ Guido Soares. O meio ambiente global: de Estocolmo à Eco-92 e a América Latina. In G. Soares et, al. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC 1995.p.82.

Em 1972, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com sede em Nairobi..⁴⁶ Nos primeiros anos, uma série de estudos ecológicos e econômicos foram realizados, destacando-se em 1980, a Estratégia Mundial para a Conservação, junto com UICN e a *World Wildlife Fund*, em que aparece o uso pioneiro da expressão “desenvolvimento sustentável”. O desenvolvimento econômico que se pautasse pela sustentabilidade deveria considerar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas utilizados. A noção de sustentabilidade procede da ecologia:

“A noção de sustentabilidade ou de durabilidade se origina de teorizações e práticas ecológicas que tentam analisar a evolução temporal de recursos naturais, tomando por base a sua persistência, manutenção ou capacidade de retorno a um presumido estado de equilíbrio, após algum tipo de perturbação”⁴⁷

Em 1973, Maurice Strong cunhou o termo ecodesenvolvimento, destinado a definir um estilo de crescimento econômico adequado ao terceiro mundo, em que se desenvolve a economia com mínima alteração ambiental. Ignacy Sachs aprimorou a noção ao definir ecodesenvolvimento como um tipo de crescimento que investe nas soluções específicas de problemas particulares, considerando dados ecológicos e culturais, e as necessidades tanto imediatas quanto de longo prazo⁴⁸

No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente ligada à Presidência da República, com o ambientalista Paulo Nogueira Neto como

⁴⁶ Cf. Capítulo 6 O programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. J. McCormick. *Op. Cit.*

⁴⁷ Claude RAYNAUT, et al. *Pesquisa e formação na área de meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação*. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/3058/2449>

Acessado em 1 de setembro de 2010

⁴⁸ Ignacy Sachs *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice. 1986, p.18

secretário. A partir de 1975, as leis de controle da poluição se tornaram mais específicas, com planos de ação e exigências de controle.⁴⁹ Antes de 1973, a palavra meio ambiente foi empregada de modo inédito em Organização Mundial da Saúde sobre os efeitos da poluição na saúde humana.⁵⁰ O diretor da Organização Mundial de Saúde no período de 1953 e 1973, foi o médico brasileiro Marcelino Candau (1911-1983), que também esteve presente na Conferência citada; os estudos sobre poluição da OMS foram realizados em sua gestão.

No Brasil, nessa época havia algumas ações para evitar ou ao menos controlar os efeitos da poluição que já afetavam cidades industrializadas. Em fevereiro de 1967, o Decreto lei 303 define o conceito de poluição e cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição, pela primeira vez o termo 'meio-ambiente' aparece em um texto legal brasileiro. Meses depois é estabelecida a **Política Nacional de Saneamento**, na qual se incluem ações o controle da poluição industrial.⁵¹

O ano de 1981 foi muito importante para a construção do dispositivo meio ambiente no Brasil. Promulgou-se a Lei 6.902 sobre a criação de áreas de proteção ambiental, definindo o conceito e a tipologia de unidade de conservação. O Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA foi organizado e a Política Nacional de Meio Ambiente, vigente até hoje, foi criada pela Lei 6.938, em que se previam, entre outras medidas, a exigência de estudos de impacto ambiental para o licenciamento de obras, a participação de representantes da sociedade civil, com destaque para entidades ambientalistas em decisões e consultas no Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA. A mesma estrutura começou a ser

⁴⁹ Idem, p.164.

⁵⁰ World Health Organization. Technical Report Series n° 406. *Research into Environmental Pollution*. Geneva: WHO, 1968.

⁵¹ M. Bursztyn; M. Persegona. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.p. 133.

reproduzida nos níveis estadual e municipal em órgãos integrantes do SISNAMA.⁵²

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, para equacionar o impasse proteção ao meio-ambiente e desenvolvimento econômico, no momento de uma transformação político-econômica mundial e desaquecimento da produção, decorrentes das crises energéticas e financeiras da década passada. Após cinco anos de estudos e consultas, surgiu o Relatório Brundtland em 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*.

O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo 'desenvolvimento sustentável', o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. A partir daí, não haveria o perigo de serem necessárias as políticas de limite ao crescimento, pois os recursos poderiam ser usados, o lucro crescer, desde que se mantivesse a *sustentabilidade*, mediante a qual "o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades." O ecodesenvolvimento foi deixado de lado pelos seus próprios criadores; Ignacy Sachs considerou-o sinônimo de desenvolvimento sustentável e encerrou qualquer polêmica.

Entre os membros efetivos da Comissão destacou-se a presença de Paulo Nogueira Neto, ambientalista, ex-secretário do Meio Ambiente no Brasil. Entre outros brasileiros colaboradores do relatório estavam, Aziz Ab' Saber, da Universidade de São Paulo; Maria Auguri Yoshioka, da CETESB, São Paulo; Waldemar Albano Jr, do Conselho da Cidade de Cotia, SP; Gerônimo Albuquerque Rocha, ex-presidente

⁵² Idem, p.187-189.

da Associação Nacional dos Geólogos, e Mary Alegretti, do Instituto Socioeconômico, que despontou na questão desenvolvimento sustentável na Amazônia ao enfatizar o papel de Chico Mendes e dos extrativistas amazônicos como empreendedores de atividades sustentáveis com o uso de recursos da floresta. Foram criados três painéis consultivos, o de Energia, o de Segurança Alimentar e o de Indústria. O Brasil foi representado apenas neste último painel, por José Mindlin.⁵³

Em 1988, a ONU propôs realizar uma grande Conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente. O Brasil se ofereceu para sediar o encontro. da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como "Cúpula da Terra" (Earth Summit), Rio-92 ou Eco-92. Uma outra configuração mundial se anunciava com a queda do muro de Berlim, assinalando o fim do comunismo na URSS e leste europeu. Nesse momento, a Conferência da ONU mobilizou a comunidade internacional em torno de questão de uma "governança global para preservar a vida na Terra", também colocando na pauta a necessidade de uma urgente e efetiva "mudança de comportamento", comportamento dos estados, das organizações internacionais, das empresas, das associações de uma chamada "sociedade civil planetária".

A Conferência foi realizada em junho e contou com a presença de 172 países, representados por aproximadamente 10.000 participantes, incluindo 116 chefes de Estado. Vários outros encontros sobre o assunto foram realizados na mesma semana, Fórum de Ongs do mundo todo e encontro de empresários.

Nessa Conferência, cinco documentos foram assinados pelos chefes de Estado:

- 1) **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.**

⁵³ Cf. Brundtland, et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

- 2) **Agenda 21** - conjunto de recomendações para o desenvolvimento sustentável, cada país deve implantar a sua própria Agenda, por meio de programas;
- 3) **Princípios para a Administração Sustentável das Florestas** - garantia aos Estados do direito soberano de usar suas florestas de modo sustentável, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento,
- 4) **Convenção da Biodiversidade** - metas para preservação da diversidade biológica e para a exploração sustentável do patrimônio genético, sem prejudicar o desenvolvimento;
- 5) **Convenção Quadro sobre Mudança do Clima** - estratégias de combate ao 'efeito estufa'.

Esta última convenção deu origem ao **Protocolo de Kyoto**, cinco anos mais tarde, pelo qual as nações ricas deverão reduzir emissões de gases que causam o aquecimento anormal da Terra. Ainda hoje, diversos países não a ratificaram, inclusive os Estados Unidos, impossibilitando sua implantação.

Em reuniões específicas, as organizações não governamentais esboçaram um documento buscando o fortalecimento de uma "ética" do cuidado com o planeta, denominado Carta da Terra, que não entrou na pauta da reunião principal dos chefes de Estado. Uma Comissão especial foi criada para reelaborar a Carta,⁵⁴ lançada oficialmente em 2000, com a colaboração ecumênica de religiosos, entre eles o Dalai-Lama e, do Brasil, Frei Leonardo Boff. A Carta pretende fornecer uma base ética para o mundo e o desenvolvimento econômico e social. É divulgada como peça importante da educação ambiental.

⁵⁴ Cf. J.Holland; E. Ferrero. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. Tradução de Roberto Cattani. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.

4) De 2000 em diante.

O ano de 2000 foi considerado um divisor nessa cronologia pois ocorreram encontros importantes que apontaram para outras institucionalizações e um reorganização dos encaminhamentos ecológicos. Em 2000, a Cúpula do Milênio da ONU por meio PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) reuniu as propostas apresentadas por seus membros e, com a presença de 189 países, elaborou a **Declaração do Milênio**. Os Objetivos do Milênio, definidos pela Declaração do Milênio resultaram de estudos apresentados em uma série de conferências⁵⁵ no sentido “de estabelecer o que deve fazer parte da agenda de desenvolvimento. Isso foi necessário, pois se chegou à conclusão de que a pobreza estava aumentando e que a falta de recursos não era a única explicação para tanto.”⁵⁶ O trabalho técnico de unificar as propostas foi realizado pelo Secretariado das Nações Unidas, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial. A presença de entidades financiadoras garantia os meios concretos para a consecução das metas, divulgadas como uma “verdade mundial” mobilizando esforços de todos.

Todavia, outros encontros internacionais muito importantes ocorreram nesse ano: o II Fórum Mundial das Águas, em que se discutiu o gerenciamento dos recursos hídricos do planeta. Em Cartagena, Colômbia, foi assinado o **Protocolo de Biossegurança**, em que se buscou estabelecer procedimentos seguros para a biotecnologia e o comércio de seres biologicamente modificados. Em Montreal é

⁵⁵ As conferências referiam-se à questão do desenvolvimento econômico, com referência à educação, crianças, juventude, mulheres, destacando-se a Conferência do Cairo (IPCD) de 1994, sobre população e desenvolvimento; a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, de 1996, em Copenhague; além da ECO-92.

⁵⁶ *Introdução aos Objetivos do Milênio*: disponível em http://www.pnud.org.br/popup/download.php?id_arquivo=497

realizada a Conferência da ONU sobre Biodiversidade. Em Malmo, Suécia, realizou-se o **I Fórum Global Ministerial de Meio Ambiente**,⁵⁷ por iniciativa do PNUMA, em que se discutiu a implementação da Agenda 21, a cooperação internacional, perdão da dívida de países pobres e o desenvolvimento sustentável.

Na Jordânia realizou-se o Congresso da UICN, que concluiu: *“aumentar as verbas para a proteção do ambiente, assegurando dessa forma a sustentabilidade e a distribuição dos recursos naturais poderia ajudar a reduzir os conflitos internacionais.”*⁵⁸

Esse ano marcou-se também pelas iniciativas para se implementar a Agenda 21 e associá-la às metas preconizadas pela Declaração do Milênio e, com isso, organizar a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002. Nesta conferência, a tônica recaiu nas medidas de combate à pobreza e um dos instrumentos jurídico políticos internacionais para garantir isso mediante cooperação entre nações seria cumprir as metas do Milênio e implantar a Agenda 21 em todo mundo.

No Brasil, diversas iniciativas institucionais voltadas para gestão ambiental datam desse ano. As mais importantes são o **Sistema Nacional de Conservação da Natureza** (SNUC) instituída pela lei 9986/00 que divide as áreas protegidas em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

Atualmente, a ONU decidiu organizar outra conferência para 2012, com sede no Rio de Janeiro.⁵⁹ Iniciou-se uma série de reuniões preparatórias para as quais são convocadas os agentes da chamada *“sociedade civil organizada”* para elaborar e

⁵⁷ Texto da declaração disponível em

http://actrav.itcilo.org/manuals/rep/m07-pt/medio_ambiente/res04.pdf

⁵⁸ M. BURSZTYN; M. PERSEGONA. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p. 308.

⁵⁹ Resolução da Assembleia Geral da ONU A/RES/64/236, de 24 de dezembro de 2009. Essa e todas as demais resoluções da ONU desde 1946, estão disponíveis no site

<http://www.un.org/documents/resga.htm>

discutir propostas voltadas para os temas definidos para o evento, a saber: a economia verde inserida no contexto da sustentabilidade e a erradicação da pobreza; a implementação dos acordos feitos em outras cúpulas de desenvolvimento sustentável; “formas sustentáveis de governança” global e local, e questões emergentes⁶⁰, como o nexo interligando segurança mundial e meio-ambiente.⁶¹

2) Diversificação de atividades

2.1 Sistematização de Documentos-base para a Pesquisa

Nas primeiras reuniões gerais do projeto, selecionaram-se os seguintes documentos para o desenvolvimento de uma análise conjunta: “Carta da Terra”, “Declaração do Milênio” e “Agenda 21 (Brasil): estratégias”. São documentos importantes pois agregam instituições, ações, organizações; estabelecem metas para “salvar o planeta” concretizadas em programas; estimulam comportamentos como participação, sensibilização, conscientização e mobilizam financiamentos para implantar concretamente as propostas. Dentro da *Ecopolítica*, a Declaração do Milênio é muito significativa pois agrega instituições, ações, organizações; estimula comportamentos como participação, sensibilização, conscientização e principalmente, mobiliza financiamentos para que os projetos se implantem.

⁶⁰ Felix Dodds, *De Estocolmo 1972 à Rio 2012*. in Revista ECO-21 Edição 162. Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.aspx?ID-2205>, acessado em agosto 2010. Felix Dodds é o Diretor executivo do Fórum dos Stakeholders.

⁶¹ Maurice Strong e Felix Dodds. *Revisiting the spirit of Rio*. BBC News 27 de abril de 2010. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/8645486.stm>. Acessado em 1 de setembro de 2010.

2.2. Levantamento de notícias na imprensa diária.

Como parte das atividades de pesquisa do Projeto Temático, foram escolhidos dois jornais diários em papel, A Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo, para, junto com a equipe de pesquisadores do projeto, fazer um levantamento sistemático da cobertura da mídia impressa acerca dos quatro assuntos do Projeto FAPESP. No caso do fluxo Meio Ambiente /Ecologia, foram colhidas notícias e editoriais sobre:

- uso econômico de recursos naturais, com foco em mineração, e uso da terra e da água para agricultura e pecuária;
- energia a partir de suas fontes: hidrelétrica, termelétrica, eólica, com uso de combustíveis fósseis ou provenientes da biomassa; além da construção das usinas no Rio Madeira e o licenciamento e leilão para a hidrelétrica de Belo Monte, várias notas aparecerem sobre o uso de biomassa, energia solar e eólica;
- sustentabilidade, incluindo o setor econômico 'verde' e ações de responsabilidade social em questões de meio ambiente;
- legislação e normatização ambientais, incluindo controle da poluição do ar, da água e do solo; exigências ou recomendações de certificações ambientais, e zoneamento do tipo ecológico econômico; em geral as notícias sobre legislação vem acompanhadas de algum fato e comentário no sentido de mostrar os efeitos das regras legais na vida de cada leitor, como por exemplo, o 'endurecimento' de normas sobre poluição reduzindo os padrões aceitáveis em São Paulo com a decorrente exigência na inspeção veicular;
- saneamento: abastecimento de água, serviço de esgoto, drenagem, destinação de resíduos sólidos, no Brasil o assunto foi a aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que exigirá novas práticas de gestão do chamado lixo em todos os municípios;

- mudanças climáticas, durante o ano de 2010 essa questão estava dominada pelos efeitos da Conferencia sobre o clima de Copenhagen até o final do ano, quando outras questões referentes ao controle da mudança climática foram discutidas em Cancun;
- biodiversidade e ecologia, incluindo a questão das florestas, sua preservação e uso econômico; cabe notar que 2010 foi o ano da Biodiversidade da ONU e em dezembro ocorreu a Conferência de Nagoya;
- partidos verdes e organizações não governamentais, no Brasil a aceitação da candidatura de Marina Silva mostrou o peso da ecologia na política, sob o ângulo da sustentabilidade;
- desastres e catástrofes ambientais, dentre eles o vazamento de óleo de uma plataforma em alto mar no Golfo do México, os escorregamentos de encostas inundações distribuídas em varias cidades brasileiras; gerando entre outros temas discussões mais acirradas sobre uma definição adequada e o controle da vulnerabilidade ambiental.

As leituras preliminares do material de imprensa proporcionaram a seleção de alguns assuntos ambientais importantes em termos de frequência na mídia e mas também pelo critério de envolvimento e desdobramentos institucionais, a saber: a hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira; o vazamento de óleo no Golfo do México; a Conferência do Clima (COP 16), em Cancun; a Conferência da Biodiversidade (COP-10), em Nagoya; a campanha de Marina Silva do Partido Verde para presidente do Brasil de 2010. O desempenho eleitoral da candidata mostrou o peso atual da ecologia na política brasileira, sob o ângulo da sustentabilidade.

2.3 Levantamento e acompanhamento de eventos.

Alguns eventos foram acompanhados presencialmente com destaque para eventos corporativos ligados ao meio ambiente, ou encontros em que intelectuais se associam a corporações.

Visitas a feiras de econegócios:

- *EcoBusiness*, “evento de disseminação de conceitos e práticas sustentáveis”, dias 31 de agosto, e 1 e 2 de setembro, no Centro de Exposições Imigrantes, São Paulo, SP.
- *Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade. FIMAI*, dias 8, 9 e 10 de novembro, no Expo Center Norte, Pavilhão Azul, São Paulo, SP.

Participação como ouvinte:

- *Seminário da Câmara Ítalo Brasileira de Comércio, Indústria e Agricultura*, 11 de novembro, parte das atividades da FIMAI;
- *Fórum de Sustentabilidade*, 22 de novembro, promovido pelo Instituto Jatobá, na FEA/USP.
- *Conferência do Ano Internacional da Biodiversidade 2010*, dia 23 de novembro, promovida pelo Instituto Humanitare (ONG cujo slogan é “aproximando a sociedade civil da ONU”), no Clube Hebraica.

Outros eventos:

- *Fórum Internacional Geopolítica da Cultura e da Tecnologia*, Realização do Ministério da Cultura, da Secretaria de Políticas Culturais e da Cinemateca Brasileira, curadoria de Gilberto Gil e Laymert Garcia dos Santos, dias 11 a 13 de novembro de 2010. A participação como ouvinte foi dia 13 de novembro.
- *Amazônia. Teatro-Música em três Partes*. Concepção artística: Peter Ruzicka, Peter Weibel (ZKM – Centro de Artes e Mídia Karlsruhe), Laymert Garcia dos Santos. Dia 25 de julho, SESC Pompéia.

2.4 Seminários internos:

Meio ambiente e ecologia

Apresentação Beatriz Scigliano Carneiro

13 e 20 de setembro, 30 de outubro e 10 de dezembro de 2010.

2.5 Seminários externos meio ambiente

- *“Populações indígenas”*, com Carmen Junqueira (Profa. do Depto. de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais). 09 de dezembro de 2010

- *“Ecologia, meio ambiente e populações indígenas”*, com Rinaldo Arruda (Prof. do Depto. de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais). 06 de dezembro de 2010

2.6 Pesquisadores

A equipe de pesquisa específica do fluxo conta com cinco pesquisadores: dois de iniciação científica e três pesquisadores integrantes do NU-SOL. Os dois estudantes de IC concluíram o projeto de pesquisa em final de 2010, são eles: Felipe Costa, aluno de Economia, com o projeto *Como as empresas praticam a Sustentabilidade Ambiental*; e Mateus Graciani, aluno de Relações Internacionais, com o projeto *O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas enquanto agente político internacional*.

As pesquisadoras integrantes do NU-SOL, Sofia Osório, estudante de graduação em Ciências Sociais e Eliana Knorr de Carvalho, doutoranda em Ciências Sociais, e Beatriz Scigliano Carneiro elaboraram projetos específicos para o temático

Ecopolítica. A primeira pesquisadora desenvolve uma pesquisa intitulada *Povos indígenas no Brasil e desdobramentos da implantação das políticas de desenvolvimento sustentável*. A segunda pesquisadora investiga o que denominou: *Eco-eficiência ou Eco-empendedorismo: atualização da teoria do capital humano a partir do investimento no desenvolvimento sustentável*. Foi encaminhado um Projeto de Pós-Doutorado para o CNPq (Processo N° 8296975326684177-0) intitulado: *Do meio ambiente à sustentabilidade no governo do planeta: Brasil, Amazônia e o trajeto do Rio 92 a Rio 2012*.

3 Propostas para 2011

Para 2011, propõem-se os seguintes trabalhos:

- encerramento da coleta, organização e classificação de material jurídico-político e institucional de proteção ambiental, tanto brasileira quanto transnacional;

- disponibilização e divulgação desse material no site;

- prosseguimento dos trabalhos específicos de investigação dos pesquisadores do fluxo, sobre os temas sustentabilidade, populações tradicionais e indígenas, mudanças climáticas, economia verde, unidades de conservação, governamentalização da Amazônia e sobre os preparativos para a Cúpula da Terra 2012;

- coleta de dados mais detalhados sobre as políticas florestais, as forças envolvidas e os resultados, declarado pela ONU, 2011 é o Ano Internacional das Florestas;

- pesquisa sobre o material didático voltado para crianças, no âmbito da educação ambiental nas escolas;

- continuidade da seleção e acompanhamento de eventos e sites, e eventualmente notícias;
- mapeamento das tendências do pensamento ecológico e ambiental e seus efeitos na constituição de ecopolíticas, no Brasil e no mundo;
- estudo sobre a questão do meio e das ciências da vida em Foucault;
- mapeamento de estudos sobre governamentalidade ambiental ou ecológica na vertente de Foucault, não apenas no Brasil, mas no mundo, mediante trabalhos publicados em inglês, francês, espanhol, italiano, além do português.

4. Bibliografia

- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AGRAWAL, Arun. *Environmentality: Technologies of Government and the making of subjects*. Durham,NC: Duke University Press, 2005.
- BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.
- BRUNDTLAND, Gro et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CAMARGO, Aspásia et al.(Orgs.) *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos Pós Rio 92.2.ed.revista*. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto SocioAmbiental. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.
- DARIER, Eric. (ed.) *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell, 1999.

- DROUIN, J. M. *L'Ecologie et son histoire*. Paris: Flammarion, 1993.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. (sem referência ao tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. (sem referência ao tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- _____. Do governo dos vivos: aula de 9 de janeiro de 1980. *Verve*. Revista Semestral do Nu-Sol, nº 12, outubro 2007, p. 283.
- _____. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Antonio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, sem data.
- GODOY, A.. O modelo da natureza e a natureza do modelo. *São Paulo Perspectiva*. vol.14, nº.4, São Paulo, Out./Dec. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400015. Acessado em 10 de agosto de 2010
- HOLLAND, J.; FERRERO, E. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. Tradução de Roberto Cattani. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.
- LePRESTRE, Philippe. *Ecopolitica Internacional*. Tradução do francês de Jacob Gorender, 2 ed. São Paulo: Senac, 2005.
- MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VI (supl.), 975-1017, setembro 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a10.pdf> Acessado em 3 de janeiro de 2011.
- McCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso: a História do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- PASSETTI, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Cortez, 2004.

- RAYNAUT, Claude et al. *Pesquisa e formação na área de meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação*. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/3058/2449>
Acessado em 1 de setembro de 2010
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.
- SOARES, Guido et al. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC 1995.
- TAMANES, Ramón. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- ULHOA, Astrid, *La Construcción del nativo ecológico*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia e Historia - ICANH, 2004.
- UNESCO. Use and Conservation of the Biosphere. Proceedings of the Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: 1968. Liege/Belgica: Unesco, 1970. Disponível em <http://annals.org/content/73/4/675.4.extract>
Acessado em 15 de setembro de 2010.
- WARD, Bárbara; DUBOS, René. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Edusp. Melhoramentos, Edgard Blücher. 1972..